



## **AUTÓGRAFO**

Processo n.º 489/2023

### **LEI N.º 1780 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre o registro de animais retirados das vias públicas do Município de Itaberaba, estabelecendo penalidades em caso de reincidência.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABERABA, ESTADO DA BAHIA.** Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a obrigatoriedade do registro de todos os animais (cavalos, ovelhas, cachorros, gatos, etc.) que forem retirados das vias públicas do Município de Itaberaba.

**Art. 2º** - O registro mencionado no Artigo 1º deverá ser efetuado no órgão competente da Prefeitura Municipal, mediante apresentação de informações detalhadas sobre o animal, incluindo sua espécie, raça, cor, sexo, idade aproximada e eventuais características distintivas.

**Art. 3º** - O não cumprimento da obrigação de registro prevista neste projeto de lei sujeitará o proprietário do animal a uma multa no valor a ser definido em decreto regulamentar do Poder Executivo Municipal, que será aplicada pela autoridade municipal competente.

**Art. 4º** - Em caso de reincidência no descumprimento da obrigatoriedade de registro, a multa estipulada no Artigo 3º será dobrada.

**Art. 5º** - Os recursos provenientes das multas aplicadas nos termos deste projeto de lei serão destinados à promoção de ações relacionadas ao cuidado e proteção dos animais no município.

**Art. 6º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, em 22 de novembro de 2023.**

**Vereador GERSON ALMEIDA DE JESUS**  
Presidente



## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

### **P A R E C E R**

**Processo nº 489/2023 - PROJETO DE LEI  
LEGISLATIVO Nº 25/2023 de autoria do vereador Feu  
do Povo:** dispõe sobre o registro de animais retirados das vias  
públicas do município de Itaberaba, estabelecendo penalidade em  
caso de reincidência.

O Projeto de Lei Legislativo Nº 25/2023 tem por objetivo regular o registro de animais retirados das vias públicas do município de Itaberaba e estabelecer penalidades para casos de reincidência. A análise da constitucionalidade e legalidade da presente proposta envolve a verificação de sua conformidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a legislação federal e estadual aplicável, bem como com a jurisprudência.

A regulamentação do registro de animais retirados das vias públicas do município e a imposição de penalidades em caso de reincidência são matérias que se inserem na competência legislativa municipal, conforme estabelecido no Art. 30 da Constituição Federal. Portanto, a Câmara Municipal de Itaberaba tem competência para legislar sobre esse assunto.

A fixação de penalidade ante o descumprimento do dispositivo acima transcrito não excede os limites da autonomia legislativa reservada aos municípios, mesmo se considerada a existência de leis federais ou estaduais a disporem sobre os mesmos temas, porquanto, no rol das matérias de competência da União e dos Estados (arts. 22 e 25, da CF) não consta qualquer proibição nesse sentido, prevalecendo, assim, a autonomia municipal.

A proposta encontra amparo na Lei Orgânica do Município de Itaberaba que dispõe em seus arts. 191 e 198 sobre o planejamento municipal e a forma de execução da política ambiental, estabelecendo que o Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Diante do exposto, entende esta comissão estarem presentes os requisitos relativos à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, cabendo ao Plenário a valoração do seu mérito.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2023.

**FREDSON DE OLIVEIRA SILVA**  
Presidente / Relator

**LUCIANO SAMPAIO DE OLIVEIRA**  
Membro

**JOSÉ AUDEMÁRIO OLIVEIRA HAYNE**  
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BR  
Aprovado ☐ 1º VOT. ☐ 2º VOT. ☒ U.VOT.  
Por: ☒ UNAN. / ( ) VOTOS  
Sala das Sessões, 14 / 11 / 2023  
Presidente da CM/RA

## PARECER JURÍDICO

Parecer jurídico: ASSJUR.LO.02.311023.CMI

Interessado: Câmara Municipal dos Vereadores de Itaberaba

---

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ANIMAIS RETIRADOS DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO – PRESSUPOSTOS ATENDIDOS – POSSIBILIDADE - PARECER PELA REGULAR TRAMITAÇÃO.

---

Trata-se de consulta formulada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Itaberaba, acerca do Projeto de Lei nº 025/2023, de autoria do Vereador Fredson Silva Oliveira (Feu do Povo), que tem por objeto a obrigatoriedade do registro de animais retirados das vias públicas do município de Itaberaba, estabelecendo penalidades em caso de reincidência, e dá outras providências.

Em breve síntese, eis o relatório.

A fixação de penalidade ante o descumprimento do dispositivo acima transcrito não excede os limites da autonomia legislativa reservada aos municípios, mesmo se considerada a existência de leis federais ou estaduais a disporem sobre os mesmos temas, porquanto, no rol das matérias de competência da União e dos Estados (arts. 22 e 25, da CF) não consta qualquer proibição nesse sentido, prevalecendo, assim, a autonomia municipal.

A Lei Orgânica do Município de Itaberaba dispõe em seus arts. 191 e 198 sobre o planejamento municipal e a forma de execução da política ambiental, estabelecendo que:

Art. 191. O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento visando promover o desenvolvimento do



Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

(...)

Art. 198. Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao se alcance:

(...)

I – o bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade e a eliminação ou redução do risco de doenças ou outros agravos à saúde, assegurando condições dignas de trabalho, saneamento, habitação, transporte e lazer, protegendo o meio ambiente e planejamento familiar.

II – respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

Destarte, afigura-se plenamente possível a adoção de políticas dessa natureza, com vistas à regulamentação de ato ou abstração de fato, como corolário do poder de polícia administrativa que detém o Município, o qual advém da aplicação do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Municipal:

Art. 22. Compete ao Município:

(...)

XXVII – organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

Ademais, verifica-se estar adequada a iniciativa para a deflagração do processo legislativo, conforme elenca o Art. 66 da Lei Orgânica do Município de Itaberaba/BA.

*Art. 66. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.*

Tal assertiva é reforçada pela análise exegética do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal da República, cujas disposições asseguram aos municípios a competência e legitimidade para regulamentarem assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual, no que couber.

Lado outro, observa-se a subsunção da proposição ao disposto na Constituição Federal, já que a matéria nela envolvida não conflita com a competência privativa da União Federal (CF, art. 22), tampouco com a competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal (CF, art. 24).

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 025/2023, ante a existência dos requisitos relativos à constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Este é o nosso parecer – SMJ.

Itaberaba/BA, 31 de outubro de 2023.

Sérgio Bensabath Jr.

OAB/BA 34.262

Henrique Coimbra Filho

OAB/BA 31.986

Leandro Almeida de Oliveira

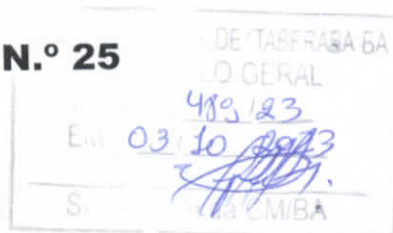
OAB/BA 21.879



## PROJETO DE LEI LEGISLATIVA N.º 25

DE

02 DE OUTUBRO DE 2023



Dispõe sobre o registro de animais retirados das vias públicas do Município de Itaberaba, estabelecendo penalidades em caso de reincidência.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABERABA, ESTADO DA BAHIA.** Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a obrigatoriedade do registro de todos os animais (cavalos, ovelhas, cachorros, gatos, etc.) que forem retirados das vias públicas do Município de Itaberaba.

**Art. 2º** - O registro mencionado no Artigo 1º deverá ser efetuado no órgão competente da Prefeitura Municipal, mediante apresentação de informações detalhadas sobre o animal, incluindo sua espécie, raça, cor, sexo, idade aproximada e eventuais características distintivas.

**Art. 3º** - O não cumprimento da obrigação de registro prevista neste projeto de lei sujeitará o proprietário do animal a uma multa no valor a ser definido em decreto regulamentar do Poder Executivo Municipal, que será aplicada pela autoridade municipal competente.

**Art. 4º** - Em caso de reincidência no descumprimento da obrigatoriedade de registro, a multa estipulada no Artigo 3º será dobrada.

**Art. 5º** - Os recursos provenientes das multas aplicadas nos termos deste projeto de lei serão destinados à promoção de ações relacionadas ao cuidado e proteção dos animais no município.

**Art. 6º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo principal estabelecer medidas para o controle e responsabilização dos proprietários de animais que circulam livremente pelas vias públicas do Município de Itaberaba.

A circulação de animais soltos nas vias públicas representa um risco para a segurança de motoristas e pedestres, além de poder causar acidentes graves e prejudicar a ordem pública. A regulamentação do registro desses animais permitirá





# Câmara Municipal de Itaberaba

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ 13.267.315/0001-41

que as autoridades municipais tenham um melhor controle sobre a situação, identificando os responsáveis por animais soltos e, assim, promovendo uma maior segurança para a população.

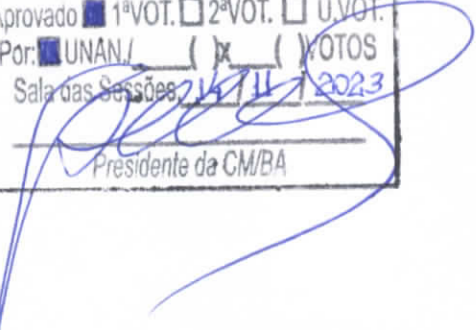
Além disso, a aplicação de multas em casos de descumprimento da obrigação de registro e sua dobragem em caso de reincidência servirá como um incentivo para que os proprietários de animais ajam de forma responsável e evitem que seus animais fiquem soltos nas vias públicas.

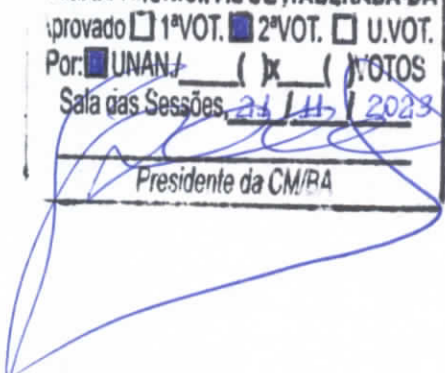
Por fim, a destinação dos recursos das multas ao Fundo Municipal de Bem-Estar Animal demonstra o compromisso do Município em utilizar esses recursos para a promoção do cuidado e proteção dos animais, contribuindo para a conscientização da comunidade sobre a importância de manter os animais em ambiente seguro.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas vereadores para a aprovação deste projeto de lei, que trará benefícios significativos à segurança e ao bem-estar da população e dos animais de nosso município.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2023.

  
**Vereador FREDSON SILVA DE OLIVEIRA**  
"Feu do Povo"

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BA  
Aprovado ☒ 1º VOT. ☐ 2º VOT. ☐ U. VOT.  
Por: ☒ UNAN. / ( ) ( ) VOTOS  
Sala das Sessões, 02/10/2023  
  
Presidente da CM/BA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BA  
Aprovado ☐ 1º VOT. ☒ 2º VOT. ☐ U. VOT.  
Por: ☒ UNAN. / ( ) ( ) VOTOS  
Sala das Sessões, 02/10/2023  
  
Presidente da CM/BA